

//

1. A - O que é o B.P.  
B - O que é a C.P.F.
2. A - Reformas e Reformistas  
B - A Lição, o Compêndio e a Aula Prática  
C.- Dossier Universidade 75
3. - Física e Química Médicas

COMISSÃO PEDAGÓGICA DA FACULDADE DE  
MEDICINA

Coimbra,

21/X/1974

1. A - O QUE É O BOLETIM

Trata-se de uma publicação não periódica pela qual os membros da C.P.F. desejam levar ao conhecimento dos seus colegas de toda a Escola, informações sobre processos pendentes e também veículo - que se pretende dinamizador - de leituras de qualquer de nós cuja divulgação a maioria dos nossos representantes nesta comissão julga conveniente. Entenda-se: os textos não traduzem necessariamente a opinião da C.P.F. mas o alertar para a sua existência é tido por conveniente pela maioria dos membros.

Sendo de momento o que atrás se expõe, gostaríamos de o ver com âmbito alargado à participação de toda a gente que trabalha nesta casa. Essa questão deve ser estudada logo que possível, devendo então criar-se as condições para que todas as correntes - se e quando existirem - possam fazer ouvir a sua voz sem que entraves burocráticos de qualquer ordem o possam impedir.

" A Universidade Nova tem de ir sendo edificada progressivamente, experimentalmente - o que implicará muitas vezes o abandonar um caminho e ensaiar outro - e partir do que está embora uma vez de pé quase nada conserve da universidade que na vivência lúcida da sua morte lenta e vai gerando. Creio que ninguém em parte alguma está apto a apresentar, acabado e perfeito, um plano convincente da Universidade. Porém, todos os que se têm empenhado a fundo na tarefa de o pensar, reconhecem como inalienáveis os atributos da autonomia e participação " - Pinto Machado, pág. 3, Separata do Médico nº.962 de 1970.

B - O QUE É A C.P.F.

A Comissão Pedagógica de Faculdade de Medicina é a estrutura que deve "elaborar e coordenar os planos de estudo com vista à re-estruturação do ensino Médico "(pág.3,2ºa, Proposta 4º ano) e que deve ainda " colaborar com a C.P.G. na execução de propostas pedagógicas "(2º.d, ibidem) que lhes forem presentes (" sendo-lhes presentes todas as decisões acerca de problemas pedagógicos de cada ano " 2º.b, ibidem).

Os nomes dos seus membros importam pouco: o regimento interno da Comissão tem em atenção o estipulado na proposta do 4º ano, no que respeita à representatividade de elementos eleitos para outras comissões, que se transpõe para a nossa prática. Diz o

regimento " Qualquer membro poderá fazer-se substituir (ou ser substituído) quando e por quanto tempo entender (ou for entendido). Este problema diz respeito ao curso respectivo que deverá comunicar à C.P.F. quando e por quanto tempo usa desta prerrogativa ( ponto 2c3 do regimento interno).

2. A - " Mas corresponderão, de facto, todas as lutas por reformas de ensino ao ingresso com armas e bagagens nessa forma de conservadorismo subtil que o reformismo é ?

Iniciemos a tentativa de responder à questão, citando ANDRÉ GORZ:

" É necessário afastar, duma vez só, a hipoteca nominalista: toda a luta por reformas não é necessariamente reformista. A linha de separação (que nem sempre é muito nítida ) entre reformas reformistas e não reformistas, pode ser definida como se segue :

" Reformista é uma reforma que subordina seus objectivos aos critérios de racionalismo e possibilidade de um sistema e de uma política dados. O reformismo afasta de vez os objectivos e as reivindicações - por mais profundamente enraizadas que estejam em suas necessidades - incompatíveis com a conservação do sistema. "

" Em compensação, não é necessariamente reformista uma reforma reivindicada não em função do que é possível no quadro dum sistema e de uma gestão dados, mas do que deve ser tornado possível em função das necessidades e exigências humanas.

" Por outras palavras, o que é próprio duma luta por reformas não-reformistas - por reformas anti-capitalistas - é que esta luta não faz depender, de critérios capitalistas de racionalidade, a validade e o direito tradicionalmente consagrados das necessidades. Ela não se determina em função do que pode ser, mas do que deve ser "

" O dever ser como facto determinante, por contraposição ao que é possível dentro do capitalismo, conduz à distinção entre as reformas movidas e limitadas pela lógica interna do sistema, e as que as necessidades humanas suscitam e configuram. A substância dumas e doutras não é a mesma, aí se fixando um dos pontos de clivagem entre as justas reivindicações de certas reformas e os reformismos "

" No mesmo sentido, mas a um nível mais profundo, e a propósito da Crise Francesa de Maio de 68, Henri Lefebvre escreveu:

" Certas oposições que pareciam opções e dilemas, parecem hoje ultrapassadas. Reformas na revolução, por exemplo. Mostrou-se por diversas vezes que uma revolução consiste num conjunto de reformas (com um objectivo e um resultado global : desapossar a classe dominante, retirar-lhe a posse dos meios de produção e a gestão - directa ou por interpostas pessoas dos negócios de toda a sociedade). Mostrou-se que há reformas revolucionárias e que cada reforma que não é insignificante atinge as estruturas da sociedade: as relações sociais de produção e de propriedade."

" Terá de se escolher entre o salto e a gradualidade, entre

o efeito da ruptura e a actividade construtiva, entre o salto violento e a acção no seio das instituições? Teóricamente, não há qualquer razão para pôr em causa princípios estratégicos defendidos por Lenine. As possibilidades de acção devem discernir-se e unir-se num movimento dialéctico. Certa atitude política visando o assalto final, contribui para a crise institucional e ideológica, quer dizer, arruina por dentro a sociedade existente - o que ela não tinha em vista. Uma outra atitude, reformista de início, propondo a simples reforma de uma instituição (a Universidade) transforma-se numa acção passante e revolucionariamente eficaz. O que não exclui uma conjuntura em que a escolha dos meios se imponha." - *Ani Namorado-Movimento Estudantil e Política Educacional*- Pág. 125,126,127 e 128.

- 8 - " Na escola, durante a aula, o professor expõe a lição; em casa o aluno estuda a lição pelo compêndio; regresso à aula. O aluno interrogado sobre a lição, ou responde a um ponto escrito, a fim de se averiguar se ficou ciente da matéria. Eis o circuito tradicional do ensino, ligado às suas raízes: o lente (= o que lê) lê a obra de base adoptada no curso e comenta-a, constituindo esta lição (acto de ler e comentar) a lição do texto (a maneira como deve ser lido, interpretado). Como estamos hoje longe de tal processo de ensino - - exclamar-se-á em uníssono. NÃO sei. Penderia, pelo contrário, a crer que, não obstante esta ou aquela modificação, é tal estrutura que permanece como uma rocha, desde a instituição primária ao ensino universitário. "

#### LICÃO :

" Sem dúvida esse esquema tem procurado acomodar-se. Mais superficial do que realmente. NÃO insistamos no anedótico: há quem julgue que a utilização do quadro preto torna o ensino activo. Nos graus inferiores os alunos repetem por vezes em coro; noutros casos, em especial no que respeita às línguas, o aluno lê o texto, há diálogo entre o professor e alunos - mas não se trata precisamente de aprender uma língua, um instrumento de conversação? Chega-se, em certos casos, a projectar diapositivos, ou até raríssimo, pequenos filmes, a fazer passar discos ou fitas magnéticas, quase sempre em relação com a aprendizagem linguística, quanto aos meios auditivos, e à geografia ou história, quanto aos visuais. NÃO se trata, é evidente, de alteração completa do processo de ensino mas de ligeiros retoques que deixam de pé a coluna do edifício: a explicação da matéria pelo mestre. Os estudantes universitários reclamam também frequentemente aulas de diálogo, e em muitos casos a consagração de tempos escolares a discussões de alguns temas não poderia deixar de ser frutífera.

Talvez não caiba eliminar inteiramente a exposição de temas pelo professor. Desde que se satisfaçam certas condições, imperativas. Essa exposição nunca deve ser lida: é indispensável que o professor esteja atento às reacções dos alunos, volta a explicar por outro caminho o que não foi compreendido, dá vivacidade à exposição,

a relação com factos recentes ou com inquietações que vieram a manifestar-se; por isso a lição deve ser longa e cuidadosamente preparada - e depois em boa parte improvisada; deve obedecer a um plano, mas sem rigidez, evitando dar o ar de algo tão perfeito que nem retoques admite, antes não receando seguir os meandros das perplexidades do próprio pensamento: deve ser mais um pensar em voz alta, a resolver dificuldades, do que uma ódiva de papinha feita. Para que a lição apresente estas características, não pode o auditório exceder excessivas dezenas: quinze a vinte no primário, vinte a vinte e cinco no secundário e no 3º grau, trinta a cinquenta no superior. As aulas universitárias a oitenta, cem, pior ainda, a centenas de alunos, não passam de um logro: perde-se menos tempo a estudar por bons livros e com maior proveito. No ensino do 3º grau e no universitário, algumas exposições podem (e até devem) ser feitas por técnicos e especialistas chamados para o efeito (ou nas visitas a unidades de produção ou de pesquisa), mas convém que se lhes aconselhem previamente certas regras didácticas. "

" Umhas tantas lições devem ser dadas pelos próprios alunos. Constituem-se para isso grupos que se preparam e preparam a sua discussão. Além, para que a discussão das exposições feitas pelo professor possa ter utilidade, é necessário também que os alunos se preparem para ela. O diálogo, essa arte do parto cultural empregada na maiêutica socrática, hoje tem de reservar-se à análise dos problemas a que chamáramos reflexivos - à reflexão sobre um ofício que já se domina, sobre métodos ou técnicas de investigação ou resolução de problemas práticos que já se sabem manejar - e também ao confronto de dificuldades e resultados de tarefas já realizadas. Não se aprendem as equações diferenciais ou as leis da genética a dialogar; aprendem-se, sim, em sessões de trabalho efectivo, em que o diálogo é apenas meio de comunicação, orientação, pelas perguntas, para certos caminhos. "

" Em suma : a exposição pelo professor, restrita nos primeiros graus de ensino, mais frequente e ampla nos últimos, deve integrar-se fundamentalmente num sistema de sessões de trabalho. "

#### A AULA PRÁTICA :

" A aula prática foi inicialmente concebida como uma ilustração de lição teórica. Expostas as leis da física e da química e descritas as experiências, faziam-se vir para a aula tubos de ensaio e aparelhos ou ia-se ao laboratório, e o professor efectuava as experiências que descrevera (caso dispusesse do material) e num ou noutro caso o aluno repetia sob o olhar do mestre. Ou mostravam-se aos alunos as rochas de que se falava na geologia, esquemas geométricos de cristalografia, umas tantas plantas, o esqueleto. Ainda hoje o número de aulas de ilustração - permitindo ver aquilo de que o compêndio e o professor falam, acompanhar uma experiência (experimentação, aliás) que um e outro descrevem - não é o que deveria ser - e daí o carácter acentuadamente livreiro do nosso ensino, que paradoxalmente (como veremos) não utiliza a pleno os livros. Quanto às aulas práticas em letras, não se sabia muito bem quel a sua finalidade: leituras de fontes em história, assistir às projecções em geografia ou examinar uns mapas, ser interrogado ou poder expôr certas dúvidas ao mestre, pedir algumas

indicações ..."

" Tanto a aula prática não possuía de mero complemento da lição, que tinha, e tem, geralmente a mesma duração. Criaram-se, no ensino superior, os seminários, mas quando se realizem também permanecem ambíguas, flutuantes: cada licenciado expõe o que está a fazer para a tese - e nem todas as semanas tem que expor -, a sessão é uma montanha de retalhos descolados. "

" A aula prática, ilustrações da teórica, e a lição, exposição magistral, têm ambas de acabar, e quanto mais depressa, melhor. A unidade fundamental de utilização dos meios de ensino deve estar na sessão de trabalho, em que o aluno não esteja reduzido à passividade de ouvir e de ver, mas efectivamente esteja em acção - na prática real, que é conjunto de actos, intervenções activas. Na sessão de trabalho pode intercalar-se a exposição de um tema pelo professor, ou pelos próprios alunos, mas o essencial é que, desenrolando-se no laboratório, na oficina, na enfermaria, no museu, no arquivo, no gabinete de trabalho, o grupo de trabalho esteja na realidade a trabalhar: servindo-se da ferramenta ou dos instrumentos, estudando livros, consultando enciclopédias, dicionários ou guias, fazendo fichas, consultando os ficheiros, analisando material arqueológico ou etnográfico, etc., etc., A duração da sessão ir-se-á alongando de grau para grau, podendo ser de 3 horas, ou mesmo uma manhã, na Universidade. " Vitorino Magalhães Godinho, um rumo para a educação. Pág.s 55,56,57 e 58. "

C - ARTIGO DO JORNAL "REPÚBLICA" :

UMA CRISE PERMANENTE, UMA CRISE AGRAVADA ?

Pensar a Universidade portuguesa em termos de futuro não é, pela certa, uma tarefa fácil, neste momento em que a sua evolução depende ainda de variáveis incontraláveis. Não deixa, por isso, de ser um esforço de reflexão necessário e importante. Para já, parecem abrir-se à Universidade duas vias contraditórias que irão ter diferentes reflexos ao nível da crise universitária: por um lado, vão desaparecer os condicionalismos políticos que se concretizavam, na prática, num enorme aparelho repressivo, que ia desde os professores denunciadores aos "gorilas" e à polícia de choque e que, impedindo qualquer espaço de liberdade na Universidade, destruiu a razão de ser do ensino universitário. Por outro lado, o desaparecimento de todo o aparelho repressivo policial, que até talvez não seja acompanhado da total destruição do aparelho repressivo ideológico, vai implicar uma progressiva politização dos universitários até aqui muito virados para uma linha de antifascismo, porventura até coerente, mas que raras vezes ia ao ponto de contestar um sistema de organização social.

O desaparecimento do constrangimento no ensino universitário, cujo primeiro passo foi o desaparecimento da repressão sobre as actividades associativas que se encontravam impedidas na quase totalidade das escolas, será, se acompanhado de uma renovação profunda do corpo docente e da expulsão do seu seio de todos aqueles que contribuíram para o seu anquilosamento, um factor decisivo no arranque para um novo tipo de ensino. De um ensino sebenteiro e todo orientado no sentido de iludir as realidades sociais económicas e políticas

do país, assente por vezes em esquemas do princípio do século, ir-se-á passar ou pelo menos, tentar passar para um ensino que tenha sobretudo em conta as realidades portuguesas. O papel que o estudante desempenha na orientação do ensino e na definição do seu conteúdo também se irá alterar e contribuir para uma progressiva formação ideológica dos universitários.

Parece, por tanto, que a Universidade irá deixar de ser uma ilha isolada de saber teórico ou o abastecedor de diplomados para uma sociedade, onde o triunfo passava pela obtenção de um diploma. Restará saber quais são, de facto, as possibilidades e as possibilidades até ao nível técnico, humano e financeiro, de a Universidade poder corresponder a este novo esquema de funcionamento.

Mas do facto (provável) da Universidade ir deixar de ser aquilo que, basicamente, foi até agora, ou seja, do facto de a Universidade não ser mais o fornecedor de quadros (aliás pouco eficientes) ao regime, o que é que resultará, em última análise?

Parece inevitável o agravamento das tensões entre os estudantes saídos de um meio social que sentimental e ideologicamente repudiam, e vão cada vez repudiar mais, e o agravamento de uma desconfortável sensação de estarem a ser os suportes e garantes da continuidade de um sistema social com que não concordam, ou pelo menos, os seus acessórios técnicos.

Def que tudo leve a crer que a crise da Universidade se mantenha e até, a longo prazo, se agrave, agora reconduzida à sua verdadeira dimensão, desaparecidas que foram as razões que levaram a que a contestação universitária se orientasse no sentido de um combate muito directo e muito frontal contra um sistema político opressor, funcionando os estudantes universitários como um dos sectores de ponta de uma luta contra um regime, sem, no entanto, porém muito em causa um sistema social, pois que o capitalismo nunca foi mais do que um longínquo inimigo.

Ora, a crise universitária que é um fenómeno universal, é preciso não o esquecer, é, sobretudo, causada por uma revolta contra uma sociedade alienada e por um sentimento de ruptura com um sistema com que os estudantes não se sentem identificados. O desaparecimento do fascismo, objectivo próximo da contestação universitária, a par com as possibilidades de abertura ideológica do sistema, irá justificar o desenvolvimento de certas lutas, até aqui um pouco esquecidas ou subalternizadas. Se daqui resultará a formação de uma vanguarda dentro da sociedade, particularmente lúcida e orientada para uma contestação de aspectos importantes, ou se, pelo contrário, resultará um progressivo desfasamento das massas universitárias em relação ao país, caindo numa contestação irreal e desligada dos interesses da população, é um problema que agora não pode ter resposta.

#### A ESTRATÉGIA DAS ASSOCIAÇÕES

Outro aspecto a considerar aqui é o papel das associações académicas e dos dirigentes associativos no processo que se vai desenvolver. Sabe-se que muitos destes dirigentes são também militantes de forças políticas que se encontram representadas no governo e empenhadas num processo de consolidação da democracia que, pela certa, não verá com bons olhos a agitação universitária e, em

nome da necessidade de calma e de funcionamento normal das escolas, estará disposta a todo um esquema de compromissos e não estará muito interessada em ver uma contestação muito desenvolvida sair da Universidade. Teríamos, então, todos os "alugares" de Veiga Simão e Marcelo Caetano recuperados pela esquerda clássica, que faria apelos constantes aos estudantes para que estudem e não se manifestem, coisa para que, evidentemente, não foram destinados ...

Esta corrente arrisca-se no entanto, a, num prazo mais ou menos curto, perder totalmente o controle das escolas e a levar mesmo alguns dos seus normais adeptos a oporem-se-lhe, desiludidos da linha de actuação preconizada. O reforço de importância dos grupos esquerdistas na Universidade é, portanto, de prever, em conexão com uma progressiva perda de importância das tradicionais estruturas representativas. Ou seja, as direcções associativas, predominantemente ligadas à esquerda clássica, perderão cada vez mais a liderança das lutas universitárias e as associações tenderão a ser remetidas para as suas funções iniciais, seja pedagógica, económica. Jornal República - 7/Outubro/1974

00

### 3 - PROBLEMA DE FISICA E QUIMICA MEDICA :

A Comissão Maritima de Gestão da Faculdade de Medicina.

1.A. Em finais de Julho pela mão de um dos membros do C.P.G. foi-nos presente o despacho 15/74 datado de 27/7/74 que dispunha as normas regulamentares que presidiriam ao termo dos anos lectivos nas diversas Faculdades. Nesse documento diz-se expressamente :

" Não são permitidas quaisquer formas administrativas de passagem senão nos casos excepcionais em que elas sejam determinadas por imperiosas necessidades de serviço e avaliar pela Reitor com sanção do Ministério" (ponto 2.1.)

B. Ao ser-nos presente o despacho supracitado ao C.P.G. pela voz do seu Presidente endossou a esta comissão o andamento e a resolução do processo respeitante a Física e Química Médicas tendo-nos sido fornecida cópia dos officios 610/74 do C.P.G. ao Reitor de 10/7/74 e também do officio 488/74 de 4/6/74 ao qual o primeiro remetia e ainda a proposta dos alunos do 1º. ano bem como uma adenda a esta proposta subscrita pelo Presidente do C.P.G.. As informações dadas pela C.P.G. resumem-se ao que acima está referido não tendo havido sobre o assunto mais informações verbais ou escritas.

C. A proposta dos alunos do 1º. ano consta de duas partes : uma onde se requer uma alteração do Mapa de curso respectivo; noutra se pede passagem administrativa às cadeiras em questão.

D. Sobre o problema se pronunciou imediatamente a C.P.F. que emitiu o seguinte parecer enviado à C.P.G. como consta da cópia que conservamos (reunião de 30/7/74):



" Propõe-se que a resolução do problema seja adiada até Setembro depois da apreciação de um relatório a ser apresentado pelos interessados que fundamente a situação excepcional que leva à proposição da passagem administrativa em Física e Químicas Médicas '.

E. O relatório foi concebido e apresentado por dois elementos desta comissão que deram forma escrita ao seu pensamento sobre o assunto: um deles preocupada com o conteúdo das matérias que integram as cadeiras disserta sobre este tema; o outro na sequência do que lhe havia sido pedido história os acontecimentos.

F. O relatório deste segundo sobrealça o do primeiro colega em interesse imediato pois diz claramente no ponto 7 :

" Este " (uma comissão de dois alunos) " é recebida pelo Prof. Eduardo Correia que despacha favoravelmente a pretensão " (refere-se à passagem administrativa), "

" Esta facta " - continua - "é testemunhado pelo Prof. Teixeira Ribeiro e pelo Prof. Eduardo Correia ".

G. Da proposta do 1º, ano começa a ganhar predominância e a impor pre-mência de resolução a que à passagem administrativa se refer concordando-se tácitamente que a supressão ou alteração do conteúdo devia ser analisada depois das comissões respectivas terem apresentado os seus relatórios. Foi esse o problema que prendeu esta comissão que possuindo os dados enunciados procedeu do seguinte modo.

2.A. A comissão verificou que se desse crédito à informação prestada em I F o problema estaria resolvido; se essa informação não se confirmasse e o despacho no seu sentido exacto não houvesse sido dado, poder-se-ia perguntar se a promessa de que assim aconteceria teria existido.

B. Pensava e pensa esta comissão que a promessa criaria uma situação de facto supostamente consumado e isso claramente outorgaria a essas cadeiras a situação excepcional referida em L.A.

C. A C.P.F. diligencia então - estavam em princípios de Setembro - no sentido de contactar o Presidente da C.P.G., o Reitor e o ex-Ministro; e enquanto um membro desta comissão questionava com o Prof. Duarte Santos uma representação dirigiu-se ao Senhor Reitor.

D. O Senhor Reitor afirmou que todos os documentos a esse assunto referentes esperavam apenas o aval ministerial tendo sido despachados por ele própria favoravelmente quando lhe foram presentes. Mais informou que supunha que o Senhor Ministro apenas por falta de tempo não teria ainda resolvido a questão.

E. O Senhor Reitor disse-nos ainda que a C. de Gestão (ou o seu Presidente) já conheciam esses factos pelo menos desde o princípio de Agosto. A C.P.F. lamenta não ter sido informada do estado das diligências em curso.

F. Os membros da C.P.F. pediram ao Reitor que instasse ministerialmente para que o problema fosse rapidamente resolvido tendo recebido a promessa de que tal aconteceria.

3. A C.P.F. fica preocupada com o facto de não ter ainda conhecimento da decisão ministerial sobre o assunto e como supõe que tal facto se deve ao facto de ela não haver ainda sido tomada pede a C.P.G. para pressionar as entidades competentes nesse sentido.

4. A C.P.F. gostaria de ser informada à cerca das diligências que a C.P.G. por certo vai efectuar.

5. A C.P.G. enviará cópia deste documento à C. Pedagógica do 1º. ano.

## DOCUMENTO 2

A Comissão Pedagógica da Faculdade - Os alunos do 1º. ano da Faculdade de Medicina, ao tomarem conhecimento do documento que a Comissão Pedagógica enviou à Comissão Paritária de Gestão referente ao problema da passagem administrativa em Física e Química Médicas, datado de 3/10/74, e alarmados com o longo desenrolar deste seu processo para o qual a C.P.G. não deu ainda solução e, mais do nunca conscientes da validade e justiça das suas pretensões, informam a C.P.F. que continuarão a aguardar pacientemente o desfecho deste seu processo até ao próximo dia 15 do corrente mês.

Findo este prazo, os alunos do 1º. ano usarão as medidas e os meios que acharem mais convenientes para solucionar o problema.

## DOCUMENTO 3

Universidade de Coimbra-Faculdade de Medicina-Exmº. Senhor Presidente da Comissão Pedagógica da Faculdade de Medicina-COIMBRA - Refº. 787/74-11/Octubro/974-Para os devidos efeitos, junto tenho a honra de enviar a V.Exª. a fotocópia do officio nº. 786/74, hoje enviado ao Exmº. Reitor da Universidade acerca do problema relacionado com a passagem administrativa nas Cadeiras de Química e Físicas Médicas.-Apresento a V.Exª. os meus melhores cumprimentos. A Bem da República Pel' O Presidente da C.P.G.-Rui Braga Carrington da Costa.

## FOTOCOPIA : (Transcrição)

Universidade de Coimbra-Faculdade-Exmº. Senhor Reitor da Universidade-Coimbra-Refº. 786/74-11/Octubro/974-Para os devidos efeitos e solicitando urgente resposta, junto tenho a honra de enviar a V.Exª. fotocópia da correspondência recebida da Comissão Pedagógica da Faculdade e da Comissão Pedagógica do 1º. ano referente ao problema da passagem administrativa nas Cadeiras de Física e Química Médicas.- A este assunto se referem os meus officios nºs. 488/74, 592/74, 610/74, 660/74 e 675, respectivamente de 4 de Junho, 5 de Julho, 10 de Julho, 31 de Julho e 3 de Outubro do ano corrente.-Apresento a V.Exª. os meus melhores cumprimentos.-A Bem da República- O Presidente da C.P.G.

## DOCUMENTO 4

A Comissão Pedagógica da Faculdade de Medicina- Na reunião efectuada em 17/X/1974, pelos alunos do 1º. ano, informa-se que ao ser discutido o problema pendente da Física e Química Médicas, o Prof. Duarte Santos, presente nessa reunião, afirmou que a questão fora resolvida no dia anterior pela Direcção Geral do Ensino Superior e pela Reitoria da Universidade de Coimbra, sendo despatchado conforme as nossas pretensões.